



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



ANO XXVI — N.º 10

TERÇA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1971

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 20.ª SESSÃO CONJUNTA EM 3 DE MAIO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

Às 21 horas, acham-se presentes os Srs. Seradores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Millet — Fausto Castello-Branco — Petrónio Portella — Helvidio Nunes — Wilson Gançaves — Duarte Filho — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnor de Mello — Luiz Cavalcanti — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Tôrres — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Filinto Müller — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Guido Mondin.

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Rafael Faraço — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Pedro Carneiro — ARENA; Stélio Maroja — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque —

ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Saboia — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; José Pinheiro Machado — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hidebrando Guimarães — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrónio Figueiredo — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; Oceano Carneial — ARENA.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flôres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Neco Novaes — ARENA; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régio — ARENA; Ruy Baccelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Walson Lopes — MDB; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Elcio Alvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA.

Rio de Janeiro

Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Silva Barros — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Rey-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

naldo Santana — MDB; Waldemiro Teixeira — MDB.

Minas Gerais

Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Edgard Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB.

São Paulo

Alfeu Gasparini — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Mário Telles — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA.

Goiás

Brasílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; João da Câmara — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Ardinial Ribas — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovine — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabbardo — MDB; Sílvio Barros — MDB; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Muller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Ary Alcântara — ARE-

NA; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lanzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Marques Fernandes — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Sinval Guazelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Sílvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella) — Encontram-se Presentes 42 Srs. Senadores e 217 Srs. Deputados. Há número regimental. Está aberta à Sessão.

Passamos ao período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, Santa Rosa é um dos municípios mais importantes que tenho a honra de representar na Câmara dos Deputados. Tal era a extensão territorial daquele município noutros tempos, que dentro dessa área emanciparam-se os municípios de Giruá, de Cândido Godói, de Três de Maio, de Independência, de Boa Vista do Bu-

ricá, de Horizontina, de Tucunduva, de Tuparendi, de Alecrim, de Santo Cristo, de Pôrto Lucena, comunidades das quais tenho a honra de ser o representante nesta Casa.

O importante município nem por isso perdeu a sua vitalidade. De toda a região da serra e das missões é o município que mais se destaca pelo seu desenvolvimento. É, como o chamam naquela região, a capital da soja. É município que conta com duas das mais importantes fábricas de óleo vegetal do Rio Grande do Sul, com um importante frigorífico. Conta também com a indústria "Ideal" que fabricou a segunda ceifadeira produzida no Brasil, além de outros equipamentos agrícolas. Conta este município com outros estabelecimentos industriais e comerciais importantes, com duas faculdades; conta ainda com hospitais, com magníficos clubes. Boa parte destas iniciativas foi graças à administração do atual Prefeito, dr. Alvirio Scalco, que tem como seu substituto o industrialista Antenor Grisotti.

O município de Santa Rosa é uma das comunidades que vêm se desenvolvendo de maneira sem precedentes em toda aquela região.

Quem vai ao Rio Grande do Sul, quem visita a região que faz divisa com a República da Argentina, não deixa de visitar Santa Rosa. É o cartão de visita daquela região, é o município de maior prosperidade, é uma das comunidades que contam com gama humana de primeira grandeza, e o seu desenvolvimento se processa não apenas através do comércio e da indústria, mas sobretudo no setor da Agricultura que vem pontecendo em toda a região, como Município onde se cultiva racionalmente a terra, nas melhores condições, em toda aquela região do Vale do Uruguai.

O atual Prefeito, Sr. Presidente, com a colaboração da Câmara dos Vereadores, das duas emissoras e do jornal que circula em Santa Rosa, e com a compreensão daqueles elementos que sabem colocar os interesses da comunidade acima das questões políticas, vem realizando uma grande administração. Tanto é verdade, que o Governador do Estado, nosso ex-collega e meu eminente amigo Euclides Triches, que não é meu companheiro e é adversário político daquele Prefeito, dentro de alguns dias irá à Santa

Rosa para inaugurar uma série de obras realizadas pela Administração Municipal. Entre estas, vale a pena destacar o importante melhoramento introduzido no centro da cidade, tanto no setor do asfaltamento, da iluminação, como dos parques que fazem de Santa Rosa um verdadeiro buquê de flores, principalmente para os argentinos, que a cada passo visitam aquela região do Rio Grande do Sul.

Faço esse registro, na noite de hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, porque sou homem devotado ao trabalho. Para mim não vale aquele que é meu companheiro de Partido ou meu adversário político: vale o homem que trabalha, o homem que produz, aquele que sintoniza com os superiores interesses da nossa Pátria. E fazendo este registro na noite de hoje, não estou apenas homenageando o Prefeito, que é do meu partido. Esta homenagem é à comunidade de Santa Rosa — essa comunidade que se tem projetado pelo seu esforço, pelo seu trabalho e pela sua capacidade realizadora; a esses elementos que conseguiram sensibilizar o próprio Governador do Estado, que vai àquele município para realizar inaugurações de obras realizadas pela administração municipal.

Faço isso, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, transmitindo daqui a minha calorosa saudação às autoridades e ao generoso povo do grande Município da grande Santa Rosa. **(Muito bem! Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella) — Concedo a palavra ao Deputado Peixoto Filho.

O SR. DEPUTADO PEIXOTO FILHO (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acabo de receber apelo de um grupo de servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro para que formulasse apelo ao ex-Líder da Maioria nesta Casa, hoje dinâmico Governador fluminense, no sentido de abreviar os estudos para reajuste dos seus vencimentos. Há quase dois anos que o funcionalismo público fluminense não recebe qualquer melhoria salarial.

O barnabé do Estado do Rio de Janeiro, passando as maiores privações, está entregue à voracidade dos agrotas para não morrer de fome. Com os vencimentos congelados nos dois

últimos anos do governo passado, por imposição do ex-governador, que, apesar de ser "pastor de almas", pouco se interessou pela sorte dos servidores públicos fluminenses, também filhos de Deus. É bem verdade que o ex-governador não atendeu aos reclamos da classe, que lhe eram levados constantemente, inclusive pelo órgão representativo dos barnabês, mas, em compensação, apressou-se em fazer justiça ao Poder Judiciário, reajustando, merecidamente, os vencimentos, em níveis compatíveis com a dignidade da toga, dos membros da magistratura e do Ministério Público fluminenses.

O atual Governador Raimundo Padilha, experimentado homem público, dotado de larga visão e de alto espírito de solidariedade humana, haverá, por certo, de encontrar recursos financeiros para que, desde logo, sejam reajustados os vencimentos do funcionalismo público do Estado do Rio de Janeiro, cuja situação de penúria não mais pode perdurar frente ao alto custo de vida.

Justiça, apenas justiça, é o que peço, nesta hora, ao honrado Governador fluminense, reconhecendo ser o funcionalismo público estadual a mola mestra do desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro. **(Muito bem! Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Passamos à

ORDEM DO DIA

A Sessão foi convocada para discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar n.º 3, de 1970 (CN), que fixa normas para o cumprimento do disposto nos arts. 98 e 108, § 1.º, da Constituição.

Ao projeto foram apresentadas seis emendas.

A Comissão Mista, em seu Parecer n.º 20, de 1971 (CN), concluiu:

favoravelmente ao projeto e à Emenda n.º 4;

pela apresentação de subemendas às Emendas n.ºs 1, 2 e 5; e

pela rejeição das Emendas n.ºs 3 e 6.

Em discussão o projeto, as emendas e subemendas.

Concedo a palavra ao Deputado Joel Ferreira.

O SR. DEPUTADO JOEL FERREIRA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Casa estuda, hoje, uma proposição das mais sérias que já têm tramitado aqui. Como sabem V. Exa. e os Srs. Congressistas, há cerca de dois anos está o funcionalismo desta Casa e do Poder Judiciário praticamente sem aumento de vencimentos. A mensagem governamental propõe a chamada paridade, a equiparação de vencimentos para cargos semelhantes. O funcionalismo do Poder Legislativo e do Poder Judiciário sempre esteve com vencimentos além do Poder Executivo. Com a paridade, até que se possam igualar os vencimentos, os grandes sacrificados serão os funcionários dos dois Poderes: Legislativo e Judiciário.

No Poder Executivo, porém, com exceção de alguns funcionários, a grande maioria tem, inclusive, tempo integral, o que significa quase outro vencimento.

No Poder Legislativo, afora os que exercem cargo em comissão, em número reduzidíssimo, a situação é bem difícil.

O Relator da matéria foi o nosso companheiro, Deputado Ari Alcântara, que acolheu duas ou três emendas à proposição, sendo que nenhuma delas, parece-me, vai solucionar o problema.

É difícil, realmente, encontrar uma solução que venha a atender ao funcionalismo e a esta Casa. Nos últimos dias, tenho tido informações seguras da situação do funcionalismo da Câmara dos Deputados. Infelizmente, é das piores que se pode apresentar.

Em primeiro lugar, os funcionários que podem sair estão deixando a Câmara dos Deputados, e os que aqui ficam, por circunstâncias, ora suas, ora da Casa, que não permite a sua saída, não podem prestar os bons serviços que prestavam, porque os vencimentos não compensam nem atraem mais a nenhum deles.

O que se observa na Câmara dos Deputados é que, em quase todos os setores, a carência de funcionários é gritante, e estou sendo informado de que a Mesa não vai mais permitir qualquer afastamento de funcionários porque, se assim não proceder, a Câmara dos Deputados ficará prática-

mente impossibilitada de funcionar normalmente.

Creio que há solução, mesmo no conteúdo da matéria, dependendo apenas da Mesa. O que me parece sério é a questão continuar como se apresenta no momento.

Ainda que se tomasse por base as estatísticas oficiais do aumento do custo de vida — e eu não as aceito porque se mistura cimento, vergalhão de ferro e lingote de aço com banana, feijão e farinha para tirar a média — e se se levasse em conta apenas a análise dos produtos essenciais à alimentação diária do ser humano, verificar-se-ia que não é de 20% nem de 30% o aumento do custo de vida, mas muito mais de 50%.

Verifica-se, desta forma, que não será possível a qualquer grupo ou classe permanecer um ou dois anos sem aumento de vencimentos.

Desejo, concluindo o meu discurso, nesta hora em que se vai legislar para o funcionalismo dos três Poderes, fazer um apelo à Mesa, notadamente à da Câmara dos Deputados, e que pode ser extensivo à do Senado, no sentido de encontrar solução para o nosso funcionalismo que, realmente, merece tratamento que lhe possa compensar o trabalho que presta a todos nós desta Casa.

Se não se pode fazer nada em relação à aprovação da matéria porque, como todas as que aqui chegam, ela é praticamente irreversível e fato consumado, podem as Mesas das duas Casas do Congresso Nacional encontrar uma solução. Se não o fizerem, a impressão que tenho, pelo que tenho sido informado, é de que ficaremos nós sem os melhores funcionários. Assim ocorreu, há pouco, quando do concurso para Técnico de Tributação, promovido pelo Executivo, no qual só da Câmara dos Deputados 7 funcionários foram aprovados, deixaram a Câmara e estão prestando serviços ao Poder Executivo, com cerca de 4 mil cruzeiros mensais.

A Câmara dos Deputados, desde que existe, fala em criar uma assessoria para os Senhores Parlamentares, e nunca a criou. E até a Assembleia Legislativa lá do Amazonas tem assessoria. Mas já àquela altura, fiz apelo à Mesa, então, presidida pelo nosso colega Deputado Geraldo Frei-

re, para que, aproveitando os sete funcionários aprovados no concurso realizado pelo Ministério da Fazenda, se criasse uma assessoria parlamentar na Câmara dos Deputados.

Não adiantou, não fui atendido. E os nossos funcionários, ingressaram, todos eles, no Poder Executivo, porque, enquanto a Câmara lhes pagava 800 cruzeiros, o Poder Executivo lhes atribuía vencimentos de 4 mil cruzeiros. E lá estão eles prestando bons e relevantes serviços.

Minha esperança é de que as duas Mesas — se me permitem — encontrem solução para o caso. E eu tenho solução a oferecer para a situação de um funcionalismo que, realmente, como todos nós sabemos, é de alto gabarito, de alta qualidade e a prova disto é que está deixando a Casa, porque encontra sempre mercado de trabalho melhor do que aqui, em qualquer setor da vida pública ou privada fora do Congresso Nacional.

Que se encontre, Sr. Presidente, solução para os nossos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella) — Tem a palavra, em nome da Minoria, o ilustre Deputado Padre Nobre.

O SR. DEPUTADO PADRE NOBRE (Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o MDB, por meu intermédio, faz o seu pronunciamento sobre o Projeto de Lei Complementar n.º 3, de 1970 e, conseqüentemente, sobre o parecer do nobre Deputado Ary Alcântara.

Em princípio, Sr. Presidente, nada temos a contestar o que, para nós, nada mais é do que uma definição de princípios, numa primeira etapa, para o problema da paridade de vencimentos do funcionalismo público civil da União.

Encarregado pelo meu Partido, procurei estudar o parecer em face do Projeto. As conclusões são simplesmente estas: de que o Poder Executivo, partindo de um princípio que lhe pertence, quer adotar uma paridade segundo a qual nem o Poder Judiciário nem o Poder Legislativo paguem mais aos seus funcionários do que o Poder Executivo. Este é o princípio. A segunda etapa, nesta, sim, creio que teremos debates mais acalorados nesta Casa.

Mas, em nome do MDB, não me posso furtar ao dever de defender certa

posição. Primeiramente, Sr. Presidente, parece-me que o Governo comete um erro quando pretende nivelar por baixo, quando devia nivelar por cima, os vencimentos dos funcionários públicos.

Também me parece que o Governo comete grave equívoco, para não dizer grave injustiça, quando equipara, em quantitativos salariais, os funcionários do Legislativo e do Judiciário com os do Executivo, esquecendo-se de que a equivalência não vale, em relação à qualidade dos serviços prestados. Vamos, apenas, exemplificar. Qual a categoria do Poder Executivo para equiparar os Taquígrafos de Debates das duas Casas do Congresso com os Taquígrafos do Poder Executivo ou com aqueles que possa possuir o Poder Judiciário? É uma injustiça que se comete. O quantitativo salarial não pode estar na equivalência da qualidade dos serviços que não existe tal equivalência entre os Poderes. Não vamos trazer complicações para a solução dos problemas desta noite, justamente porque compreendemos que tudo isto aqui é apenas um ponto de partida, do qual o Governo não abre mão. Em tese, nós temos que reconhecer uma paridade. Quer o Governo. Mas no segundo ponto, quer dizer, na segunda etapa, creio que os debates serão mais acesos, quando vierem para cá, realmente, os níveis salariais para todos os Poderes.

De qualquer forma, eu quero defender, nesta noite, em nome do meu Partido, a Emenda n.º 2, do nobre Deputado Ítalo Fittipaldi, segundo a qual, no seu § 3.º, art. 2.º, prevê que:

“Até a conclusão final dos projetos previstos neste artigo e sua transformação em lei, os servidores civis dos Três Poderes, observadas, no que couber, as respectivas peculiaridades, terão seus vencimentos reajustados na forma das normas vigentes.”

Pelo menos nisto, Sr. Presidente, queira a Maioria consentir.

É uma postulação unânime dos nossos funcionários. Não é justo que, em se tirando deles tanto, lhes possamos negar tão pouco.

O Sr. Deputado Freitas Nobre — V. Exa. me permite uma intervenção?

O SR. DEPUTADO PADRE NOBRE — Com muito prazer, nobre Deputado.

O Sr. Deputado Freitas Nobre — Apenas para dizer que V. Exa. lembrou bem a Emenda Ítalo Fittipaldi, porque não se sabe, exatamente, qual o interstício que haverá entre uma etapa e outra dessa paridade que se pretende fazer por baixo e não por cima. A Emenda Ítalo Fittipaldi, pelo menos, garante aos servidores o direito de não ficar no limbo durante este período, este interstício. Se o Governo aguardar seis meses, um ano, dois anos para completar, através de uma segunda ou terceira etapa, o ato da paridade dos vencimentos dos servidores públicos, o servidor não deverá sofrer, indiscriminadamente, durante todo esse tempo, um congelamento dos seus vencimentos. Parece-me que a Emenda é absolutamente indispensável para garantir, pelo menos, a tranqüilidade do quadro de servidores públicos do Brasil.

O SR. DEPUTADO PADRE NOBRE — Agradeço sensibilizado o subsídio que V. Exa. traz, enriquecendo, com o argumento da sua inteligência, aquilo que eu havia dito em favor dos nossos funcionários, com relação à Emenda Ítalo Fittipaldi. Mas como tenho certeza de que o nobre Presidente do Congresso Nacional tem sobre a mesa destaque requerido pelo próprio autor, Ítalo Fittipaldi, tranquilizo-me em pensar que a Maioria vai unir-se em torno do funcionalismo, a favor da emenda de S. Exa.

O MDB compreende as razões do Governo; aceita-as como definição de princípios, para caminhar, na objetividade do futuro, na concretização dos níveis salariais. Entretanto, espera desta nobre Maioria um alinhamento de posição conosco, em favor da emenda do nobre Deputado Ítalo Fittipaldi, para que, em negando aos funcionários tudo quanto querem e pretendem, já que damos certa razão às pretensões do Governo, do Poder Executivo, não lhes neguemos o mínimo, que é o mais justo que eles pretendem obter desta Casa, nesta memorável noite de 3 de maio de 1971. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Petrônio Portella) — Concedo a palavra, para falar sobre a matéria, em nome da Minoria do Senado, ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. SENADOR NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é de hoje que os sucessivos Governos da Revolução, encarnados nos 4 Chefes Militares que presidiram este País desde 1964 até hoje, visam a uniformizar os vencimentos dos funcionários dos 3 Poderes, esquecidos de que os servidores do Poder Legislativo têm funções e atribuições diferentes daquelas do Poder Executivo. Não quero dizer, Srs. Parlamentares, que o desaprêço por esta Casa, por este Congresso, tenha levado a Revolução a estender a sua manopla sobre o próprio funcionalismo. Espero sinceramente que ao término desta reunião não seja obrigado a fazer esta declaração.

As Assembléias anteriores, de 1964 até hoje, foram convocadas para votar projetos semelhantes e todas elas repeliram a pretensão do Poder Executivo. Hoje, este jovem Congresso é chamado para aplaudir, sem reservas, o deliberado por escassa maioria da Comissão Mista, integrada por ilustres membros do Senado e da Câmara. Mas a divergência foi tão grande no seio dessa própria Comissão que V. Exas. verificarão, no avulso, que 6 votos se manifestaram contrários à conclusão do parecer do nobre Deputado Ary Alcântara; 2 votos foram contrários, em parte, e entre os 8 votos favoráveis figura o do Presidente, que, em regra, desempata.

Vejam V. Exas. que a controvérsia existia, não só entre a ARENA e o MDB, mas entre os próprios representantes do Partido oficial.

Figuram como votos vencidos: Senador Heitor Dias, “vencido quanto à rejeição da sublegenda e dos destaques por mim oferecidos”; Deputado Alberto Lavinhas, vencido; Deputado Fagundes Neto, vencido; Deputado Passos Pôrto, vencido; Senador Osires Teixeira, “vencido quanto aos destaques”.

Ai estão figuras destacadas do Partido oficial que se insurgiram contra o projeto que ora é objeto de exame pelo Congresso.

Li outro dia, num debate travado na Câmara dos Deputados, que um ilustre representante do Estado da Guanabara referiu que, em 1964, ele ganhava tanto sendo Professor do Colégio Pedro II, como um capitão ou

um major, e hoje recebe apenas como sargento.

A paridade deixou de existir como norma geral neste País. Uma das preocupações do Governo Revolucionário foi, certamente pela diversidade das funções, extinguir a antiga paridade entre as classes civis e as classes militares. Restou, portanto, a paridade imposta aos servidores civis, misturando atribuições específicas da Câmara e do Senado com atribuições inteiramente diversas, ainda que com a mesma denominação, dos órgãos do Poder Executivo. Contra isso se insurgem os próprios integrantes da Maioria, e é de autoria do ilustre representante da ARENA, do Deputado Ítalo Fittipaldi, da bancada de São Paulo, o § 3.º da Emenda n.º 2, como solução intermediária para evitar que continuem desertando do Poder Legislativo seus melhores funcionários. Poderia informar que dos aprovados no último concurso realizado em 1968, vários não aceitaram os cargos, porque os vencimentos eram tão modestos que encontravam na atividade particular melhor remuneração. E pelo que estou sabendo, hoje cerca de 70 funcionários estão requisitados para outras funções, saindo da Câmara dos Deputados. E quais são esses funcionários?

São, geralmente, os mais capazes que desertam do Congresso Nacional, um Congresso Nacional que não tem assessôres e que encontra nos bons funcionários os assessôres para as atividades normais, para a realização dos seus trabalhos legislativos. Estamos desfalcando, dia a dia...

O Sr. Deputado Padre Nobre — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para aditar à argumentação de V. Exa. que a Câmara, nestes dois últimos anos, perdeu 112 dos seus bons funcionários.

O SR. SENADOR NELSON CARNEIRO — A informação do ilustre Líder da Minoria, Deputado Padre Nobre, é impressionante. 112 funcionários da Câmara abandonaram-na nos últimos dois anos. O que mostra isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que nós estamos remunerando mal, pessimamente, os nossos servidores. De tal forma que nestes últimos anos, enquanto o funcionalismo do Poder Executivo era aumentado duas vezes em 20%, ou seja, 40%, o funcionalismo do Poder Legislativo recebeu apenas 10% de

aumento. Como não desertar desta Casa que muitas vezes vara as noites debatendo, discutindo, votando para homenagear uma preocupação, uma estranha preocupação de nivelar, não pelo melhor padrão, mas pelo padrão mais baixo, servidores que exercem funções diferentes.

Este não é um caso político, não é uma tese de natureza política que se expõe ao Congresso Nacional. É uma convocação à consciência de cada um dos Srs. Deputados e Senadores, que aqui têm vivido muitos anos e podem trazer o seu depoimento sobre o empobrecimento do quadro de funcionários da Câmara e do Senado.

Aqui já não se encontram aquelas figuras que constituíam, muitas delas, tranquilidade para o parlamentar, para o deputado, para o senador, que podia assentar na sua colaboração seus trabalhos, seus pareceres, seus pronunciamentos. Cada dia será pior, a deserção será mais efetiva, será mais constante. E o Congresso Nacional, apesar de todas as anunciadas reformas, continuará sofrendo a carência dos bons servidores.

Acompanhei, com o Ministro Milton Campos, o estudo do funcionamento dos parlamentos em vários países democráticos e fizemos, nos Estados Unidos, esta observação. Enquanto o Poder Executivo recebe, no orçamento grandes verbas para se assegurar uma assessoria da melhor qualidade, o próprio Poder Legislativo, é usurário, é restrito em assegurar a si mesmo, ao próprio Poder Legislativo, recurso para uma boa assessoria. O mesmo ocorre no Brasil. Quantos assessôres conta o Congresso Nacional?

Aqui estão os jovens deputados, os jovens senadores, que vieram certos de encontrar, nesta Casa, ao menos os mínimos recursos humanos que encontravam nas Assembléias Legislativas de que faziam parte e aqui não encontraram assessoria, não encontraram assistência alguma. E se ouvirem os mais antigos verão que daqui saíram os funcionários mais capazes. Outro dia o Ministério da Fazenda fez um concurso para assessor, coletor ou o que fosse. Desta Casa saíram sete funcionários aprovados nos primeiros lugares do concurso realizado. Por que saíram desta Casa, onde eles têm entranhado seu amor, onde acompanham com interesse a vida de cada um de nós através dos debates que

aqui se travam? Porque impossível se tornou viver nesta cidade com a paridade imposta injustamente ao funcionário do Legislativo e, por extensão, ao do Poder Judiciário. até 1968 quase todos os funcionários desta Casa possuíam automóvel. Hoje, poucos são os que o têm. Venderam, isso numa cidade onde se chega a dizer que o homem tem corpo, tronco e rodas. Estão abandonando o funcionalismo civil, o melhor funcionalismo, o especializado, o dedicado à nossa própria sobrevivência em favor de uma mística, a mística da paridade entre civis, paridade que não mais existe entre civis e militares.

Sr. Presidente, estou certo de que este Congresso, acima de partidos, meditará, não para aprovar uma emenda do Movimento Democrático Brasileiro, mas para acolher uma sugestão do seu ilustre e fidelíssimo correligionário, o Deputado Ítalo Fittipaldi, da bancada da ARENA de São Paulo, na certeza de que assim agindo teremos todos nós contribuído para o prestígio do Poder Legislativo, para a eficiência dos nossos trabalhos e para manter a harmonia e a independência indispensáveis entre os Três Poderes.

O Sr. Deputado Freitas Nobre — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. SENADOR NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Deputado Freitas Nobre — Há poucos dias, tive ocasião de lembrar a situação em que se encontram a Magistratura e o Ministério Público do País. Juizes que se licenciam para tratar de assunto particular, mas vão é cuidar de escrever livros e dar aulas, para ganhar o pão de cada dia; procuradores federais, integrantes do Serviço Jurídico da União, que largam as atividades por alguns anos, e vão cuidar, em escritórios particulares ou em firmas, comerciais ou industriais, de equilibrar o orçamento doméstico. Aqui, muitos dos bons funcionários ficam sacrificados, em virtude do tempo de serviço que têm nesta Casa e os prende à atividade do Congresso Nacional, depois de dez, quinze e vinte anos de serviço. Ainda há poucos dias, tive ocasião de verificar, numa repartição pública federal, em São Paulo, que num só dia, no boletim diário, se apresentavam duzentas e tan-

tas demissões a pedido. Isto em apenas uma repartição regional desta República, no Estado de São Paulo. Por que? Porque o empresariado privado paga três a quatro vezes o que paga o Governo. Como a política do funcionalismo é feita tendo como raiz a área federal, os Estados e os Municípios são, no quadro do funcionalismo, o reflexo de uma política viciada, porque obriga o funcionário, inclusive, a se enganar a si próprio quando, reconhecendo a alta do custo de vida e a conseqüente perda de poder aquisitivo da moeda, o Governo cria condições esdrúxulas como o "tempo integral" a "dedicação exclusiva" para, com esta capa, dar a impressão de que houve um aumento de vencimentos quando, na realidade, o funcionário trabalha duas vezes o que trabalhava para ganhar aquilo que apenas vai se aproximar do alto nível do custo de vida naquele período. Há ainda um esquecimento clamoroso, por parte do Governo: aqueles que se aposentaram, que deram toda a sua vida ao Serviço Público, não podem mais perceber como aqueles que chegam agora à atividade e alcançam o "tempo integral" ou a "dedicação exclusiva". Essas injustiças são exatamente conseqüência de uma falsa política aplicada ao funcionalismo público e que, começando na área federal, necessariamente se reflete nos Estados e Municípios.

O SR. SENADOR NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não venho a esta tribuna pleitear divergência entre funcionários. Se o Governo quer nivelar, que nivele todos pelos padrões mais altos (**Muito bem! Muito bem!**) porque esses padrões mais altos são inferiores às necessidades dos funcionários públicos civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Mas, se aqui apenas focalizo o problema do Poder Legislativo e do Poder Judiciário é porque eles são objeto da Emenda do Deputado Ítalo Fittipaldi.

Outro dia, no Aeroporto do Galeão, fui advertido de que um funcionário — que maneja os instrumentos de comunicação mais sensíveis, que são os de radar — com 30 anos de serviço, recebe apenas 650 cruzeiros mensais,

enquanto o cabo, que ali aparece, somente porque tem etapas adicionais, percebe mais do que ele. E um sargento, 1 350 cruzeiros mais ou menos.

Vejam V. Exas., que viajam constantemente para o Rio de Janeiro, de avião, se podemos confiar num pai de família que recebe 650 cruzeiros por mês para acionar os aparelhos de radar. Que intranquilidade haverá dentro desse homem? Que problemas existirão dentro de seu lar? Que dramas pulularão no seio de sua família, para que ele possa, durante algumas horas, dirigir o caminho dos espaços, mandando descer, parar, continuar, subir, descer aviões que se cruzam sob os céus do Galeão?

São estas injustiças, Sr. Presidente, que me trazem à tribuna. E a deixo na esperança de que não sejam baldados os esforços a que V. Exa., como Presidente do Congresso, deu valiosa colaboração, que proclamo desta tribuna. Acredito que até começarmos a votação, o ilustre Líder da ARENA, Deputado Cantídio Sampaio, continuará somando esforços para que esta noite seja uma noite de justiça, de compreensão, em vez de um debate entre ARENA e MDB, entre homens dos mesmos Partidos, de arenistas contra arenistas, de emedebistas contra emedebistas, seja uma hora de compreensão, hora de harmonia, hora em que MDB e ARENA dêem as mãos, não em benefício de ninguém, mas em benefício desta Casa do Congresso Nacional, em benefício da manutenção do seu quadro de funcionários, de justiça aos que nos servem, de entendimento para com os que trabalham conosco

O Sr. Senador Benedito Ferreira — Permite V. Exa. um aparte? (**Assentimento.**) Nobre Senador Nelson Carneiro, não tive o privilégio de ouvir o discurso de V. Exa. desde o começo mas, do que pude alcançar, após minha chegada em plenário, vejo que Vossa Excelência defende a Emenda que, se aprovada, modificará o § 3.º do artigo 2.º E V. Exa. me traz a debate, pois dessa mesma tribuna que Vossa Excelência ocupa combati acusações de correligionários de V. Exa. relativas a despesas que o Brasil fazia então com as suas Forças Armadas. Eu defendi a tese de que se devia dar uma remuneração justa para evitar um êxodo

do nas Forças Armadas, que assistíamos constantemente: os mais qualificados, especialmente os que possuíam curso superior, buscavam na vida civil uma remuneração condizente com a sua capacidade de trabalho. Para impedir esse êxodo, nós ocupamos essa tribuna e defendemos que se devia urgentemente corrigir aquelas distorções. E agora V. Exa. vem defender esta emenda, e faz muito bem, para impedir que, nesta Casa, ocorra o êxodo que já se verifica: também os nossos elementos mais qualificados, lamentavelmente atraídos lá fora por uma remuneração compatível com a sua capacidade profissional, daqui estão saindo. E o que é mais grave: faz-se um concurso e quando se chamam os concursados aprovados, não comparecem; aquele atrativo anterior que o concurso exercia sobre os candidatos já perdeu a razão de ser, exatamente porque, enquanto tivemos no Executivo dois aumentos de 20% cada, os nossos servidores, lamentavelmente, repito, receberam cerca de 10%. Faz Vossa Excelência muito bem. Não sei qual será a orientação da minha Liderança, qual a orientação do meu Partido. V. Exa. sabe que sou um homem disciplinado, mas reserve-me, nesta Casa, a votar a favor dessa emenda. Se não tiver o privilégio de votar a favor votarei pelo menos pela abstenção.

Reservo-me, desde já, fazendo minha declaração de voto. Que meu voto, pelo menos, para não trair minha afirmação anterior, antefaz minha declaração de voto e por isso terei de abster-me, para não trair minha consciência. Há, no caso, um fato a salientar. V. Exa. sabe da iniquidade que reina em diversos setores, não no caso específico dos nossos servidores, — ela existe também — mas há um caso, no Executivo, em que é válida essa preocupação do Executivo, de querer proceder e de realizar essa paridade para corrigir talvez a maior das iniquidades que há a se salientar. É no caso do Ministério da Agricultura, onde se paga a um agrônomo, hoje, no final de carreira, setecentos cruzeiros por mês. Logo o projeto é válido; é necessário que se proceda a essa paridade. Mas, a pretexto de se fazer a paridade, não há que se asfaltar o Parlamento, não há que se destruir essa estrutura já combatida pelo êxodo que se faz bastante notado.

O SR. SENADOR NELSON CARNEL-RO — Obrigado a V. Exa. Vê o Congresso Nacional como esta não é tese de um Partido, é a tese de uma consciência generalizada do Parlamento Nacional.

Sr. Presidente, sou o último orador inscrito. Creio que a melhor solução é encerrar estas palavras, ensejando a que, durante a noite e até à nova sessão, possam os Líderes da ARENA, auscultando aos representantes do Poder Executivo, comparecer a esta Casa e atender a um reclamo que diz respeito à própria sobrevivência do Poder Legislativo, à sua sobrevivência digna, capaz, eficiente.

De nada valerão 310 Deputados capazes, 66 Senadores eficientes, se ao lado deles, colaborando com eles, não existir um corpo de funcionários capaz e eficiente.

Por isso, Sr. Presidente, deixo esta tribuna, na certeza de que será a ARENA nossa colaboradora, estará conosco sua Liderança, para encontrar uma fórmula que reúna a todos, sem sacrificar o funcionalismo do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, e principalmente sem sacrificar a eficiência do Congresso Nacional, de que depende em grande parte a harmonia e independência dos Podêres, e principalmente a estabilidade do regime democrático em nosso País. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella) — Não há mais oradores inscritos para discutir a matéria, pelo que encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO
N.º 1, DE 1971 (CN)**

Sr. Presidente.

Nos termos do art. 40 do Regimento Comum, solicito adiamento da votação da matéria, a fim de ser feita na próxima Sessão, a ser convocada por V. Exa.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1971. — Senador Ruy Santos, Líder, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Senador Petrólio Portella) — O requerimento está rigorosamente fundamentado no art. 40 do Regimento Comum, razão pela qual o defiro.

Encerrada a discussão, convoco os Srs. Congressistas para uma Sessão amanhã, às 10 horas, a fim de votarmos a matéria.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 22 horas e 5 minutos.)

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF